

**Hora de decisão.
Greve forte para
arrancar
conquistas**

Jornal do
SINSPREV
CUT

SINDICATO DOS
TRABALHADORES EM SAÚDE E
PREVIDÊNCIA
NO ESTADO DE S. PAULO

**FILIADO À FENASPS
E CNTSS/CUT**

Ano 15 - Julho de 2005 - nº 221

Greve entra em fase decisiva

Manter e fortalecer a paralisação

Participar das atividades, manifestações e assembleias

Chegou o momento de pressionar para que o governo avance nas negociações. A participação de todos é fundamental!



Tereza Sobreira

Manifestação em Brasília contra a corrupção e por avanço nas negociações - Veja mais na página 3

Os ataques da Justiça contra nossa greve - pag. 2

Como estão as negociações em Brasília - pag. 2

Nossas greves e conquistas desde 1995 - pag. 4

Aumento da mensalidade durante a greve - pag. 4

Ato contra os ataques da Justiça ao direito de greve e de organização sindical

Dia 7 de julho, 12 h, em frente à Justiça Federal

Concentração às 10 horas, em frente ao MASP

Contra os ataques da Justiça. Nossa Greve é legal e em defesa da população

No início de junho, o Ministério Público Federal entrou com duas ações contra a greve do INSS no Estado de São Paulo. As ações alegam que a população está sendo prejudicada. Não concordamos. Nosso direito de greve está sendo exercido em apoio ao direito da população a ser bem atendida.



O responsável por uma das ações é o Procurador da República Márcio Schusterschitz da Silva Araújo. Ele teria declarado à imprensa que “como não existe uma lei de greve específica para o funcionalismo público, a greve é ilegal”. Não concordamos de forma alguma. É verdade que nosso direito de greve não está regulamentado. Mas, trata-se de um direito auto-aplicável. Não depende de regulamentação para que possa ser exercido.

Nesta situação, o papel do Ministério Público Federal deveria ser o de ajudar no processo de negociação da greve. Afinal, o direito que a população tem a ser atendida com dignidade não está em confronto com o direito de greve dos servidores. Ao contrário, nosso movimento é complementar a ele. Afinal, fazem parte de nossa pauta de reivindicações medidas urgentes para melhorar as condições de trabalho e de atendimento no INSS e na Saúde.

É o caso da contratação de servidores públicos por concurso e convocação dos já aprovados em concursos; da reforma, modernização e ampliação da rede de postos e da modernização dos equipamentos de informática e do sistema de processamento de dados. E mesmo a reivindicação salarial faz parte da valorização profissional do conjunto dos servidores do INSS e da Saúde como forma de motivar um atendimento de maior qualidade.

Por outro lado, quem tem faltado com seu dever em relação aos direitos da população é o governo. A procura por direitos previdenciários é cada vez maior, mas a rede de postos e as condições de atendimento não têm acompanhado essa procura.

A lei diz, por exemplo, que os benefícios do INSS têm que ser concedidos no prazo máximo de 45 dias. No en-

tanto, essa lei não vem sendo cumprida pelo Instituto. Portanto, se há uma parte envolvida na questão que precisa ser cobrada pelo Ministério Público é o governo. Os servidores públicos, por outro lado, estão em pleno exercício de seu direito de greve. E esse direito não pode ser alvo da atuação do Ministério Público, a não ser para garanti-lo, inclusive com parte da luta da população por atendimento digno.

Os comandos Estadual e Nacional de Greve, as diretorias do Sindicato e de nossas entidades nacionais estão convencidas da justeza de nosso movimento. Faremos tudo para que sejam respeitados nossos direitos constitucionais referentes à mais ampla liberdade de organização sindical.

A GREVE CONTINUA!

A Justiça é cega, mas tem seus guias

Em 14 de junho, a Juíza da 3ª Vara Federal decidiu aplicar multa contra o SINSPREV, caso a 60% da categoria não voltasse a trabalhar. A multa é de 10 mil reais por dia, mas dobra de valor a cada três dias. Cumprir o que exigia a Juíza seria, na prática, o fim da greve. Por isso, a Assembléia do dia 17 manteve a greve.

No dia 27, O procurador da República, Márcio Schusterschitz, ameaçou pedir que os diretores do Sinsprev sejam responsáveis pelo pagamento da multa.

Tudo isso não passa de um ataque ao nosso direito de greve. E com possível ajuda do INSS. O Superintendente de São Paulo foi visto entrando no prédio da Justiça

Federal no dia da reunião em que a juíza confirmou a multa.

Por isso, estamos preparando um ato contra a intervenção da Justiça nos Sindicatos. Algo que não se via desde a época da ditadura militar. A manifestação acontecerá no dia 7 de julho, 12h, em frente à Justiça Federal: Av. Paulista, 1842. Participe!

Como estão as negociações em Brasília

As atividades da semana de 20 a 24 de junho foram muito importantes para o avanço das audiências. As caravanas e manifestações obrigaram que o ministro do Planejamento autorizasse o início das negociações específicas.

Durante esta semana, ocorreram várias audiências. Mas, tanto nos ministérios da Saúde, Previdência como no do Planejamento, não houve avanço nas negociações.

No momento do fechamento desta edição, estava marcada uma audiência para o dia 01 de julho no Planejamento, com participação do ministro da Previdência, Romero Jucá. Mas, a verdade é que somente a continuação de nossa greve, forte e mobilizada pode garantir vitórias.

Saúde: código de greve é 3.146

Fique atento ao fechamento do ponto na Saúde. Não aceite outro código que não seja o de greve. O código de greve é 3.146

Manifestações garantem greve forte e denunciam corrupção e descaso com os serviços públicos



Tereza Sobreira

23/06: Lavagem em frente ao Palácio da Justiça. Contra o desvio de dinheiro público para a corrupção



Assembléia Estadual do dia 17 de junho



Tereza Sobreira

Passeata no dia 17 de junho



Assembléia Estadual do dia 9 de junho

Sindicato organizou "teatro de rua" para denunciar a corrupção e exigir apuração. Dinheiro público tem que ir para os serviços públicos

No dia 17 de junho, depois da Assembléia Estadual fizemos uma manifestação na Praça Ramos. Um grupo de teatro encenou toda a crise no País. O objetivo era mostrar para a população que nosso movimento é pela apuração das denúncias de corrupção. Punição dos responsáveis e investimentos nos serviços públicos.



Lula, FHC e Jefferson trocam acusações...



Carlos Mensalão fatura...



Enquanto isso, quem sofre são os aposentados e os servidores públicos.

Nossas greves e nossas conquistas

Ano	Duração	Conquista
1995	34 dias	Manutenção das 30 horas
1996	38 dias	Manutenção das 30 horas
1998		Reforma Administrativa de FHC - perdemos 56 direitos inclusive a estabilidade
2000	103 dias	Manutenção das 30 horas, derrotamos proposta do governo de criação de gratificação por produtividade individual.
2001	111 dias (INSS) e 120 dias (Saúde)	Em greve negociamos a GDASS E GDAST. Com a criação das carreiras voltamos a garantir parcialmente a estabilidade. Governo criou a GDATA e diferenciou ativos e aposentados. A criação das carreiras viabilizou a realização de concurso público pelo RJU. Governo criou gratificação de R\$ 59,87
2003	50 dias	Governo impôs a Reforma da Previdência PCCS parcelado em 4 vezes, porém exigia a desistência de direitos judiciais. Não atendeu Saúde e Trabalho
2004	34 dias	Acertado acordo do PCCS no INSS, sem acordo na Saúde e Trabalho. Criação de gratificações: Saúde: R\$ 206,00 – INSS: R\$ 184,00. Valor igual para ativos e aposentados.
2005		Depende de nossa luta

Assembléia aprova aumento temporário da mensalidade em 1%

A Assembléia Estadual do dia 17 de junho aprovou aumentar em 1% o desconto da mensalidade enquanto durar a greve.

Em nosso último boletim, informamos que a Assembléia Estadual do dia 30 de maio já havia aprovado um indicativo para de aumentar o valor da mensalidade em 1% durante o período de greve.

A proposta foi discutida amplamente nos locais de trabalho e reuniões de Comando. Na Assembléia Estadual do dia 17, a proposta foi colocada em votação e aprovada por ampla maioria.

Trata-se de uma questão muito importante. As despesas de uma greve ultrapassam em muito a capacidade financeira do Sindicato. As negociações são feitas em Brasília. São necessárias caravanas para pressionar o governo. É preciso manter o Comando Nacional de Greve, imprimir jornais, panfletos, cartas para a população, viabilizar a vinda de caravanas do interior para as atividades na capital, entre outras

atividades e ações.

Além disso, a Justiça está multando o Sindicato (veja matéria na página 2). Trata-se de uma decisão injusta e temos certeza de que conseguiremos revertê-la. Mas, é importante formar um fundo capaz de garantir a continuidade do funcionamento de nossa entidade. Reafirmamos que o aumento será equivalente ao período de duração da greve.

SINSPREV - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo - CGC: 55.952.451/0001-10 DIRETORIA COLEGIADA: ADMINISTRAÇÃO, Deise Lucia do Nascimento, Paulo César Gomes Martins, Raimunda Barros Frade, APOSENTADOS, José Aparecido Antunes, Maria de Lourdes Café, Maria José de Campos Nimia, ASSUNTOS JURÍDICOS, Gilmar Rodrigues Miranda, José Aldir Macedo, Pedro Luis Totti, SECRETARIA CULTURAL E DE POLÍTICAS SOCIAIS, José Rubens Falcone, Maria das Graças Alves Candido, Rosalina Soares Poveda, DELEGACIAS E NÚCLEOS, Eduardo Aparecido Franco, José Rubens Decares, Margarida Maria Pereira Paschoal, FINANÇAS, Gilberto Silva, Júnia da Silva Gouvêa, Miraci Mendes da Silva Astun, FORMAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA E RELAÇÕES INTER-SINDICAIS, Áureo Moreira Santos, Diná dos Santos Neres, Vicente Guilherme da Cruz Giral Argemengol, IMPRENSA E DIVULGAÇÃO, José Roberto Lemos, Laércio Duque de Lemos, Rita de Cássia Pinto, SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, Eliane Furtado, João Maia, Nancy Cristina Dias, SUPLENTEs, 1ª - Sílvia Helena Garcia Barreto, 2ª - Cordélia Gonçalves, 3ª - Osmar Prestes Ruivo, 4ª - Rosinete Gomes de Lira, 5ª - Ismael Francisco dos Santos.

JORNAL DO SINSPREV - Redação e Edição: Sérgio Domingues. Fotolitos e Impressão: Editora Forma Certa. Tiragem: 18 mil exemplares. - Rua Senador Felício dos Santos, 404 - São Paulo - SP - CEP: 01511-010 - Aclimação - Fone: 11- 3207-9344 - e-mail: sinsprev@uol.com.br. página na internet: www.sinsprev.org.br